

**Ata da 202ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida em Brasília-DF, no período de 05 a 06 de setembro de 2017, Gestão 2017-2029 – É de Batalhas que se vive a vida.**

1 Entre os dias cinco e seis de setembro de dois mil e dezessete, reuniram-se na Sede do  
2 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – na Cidade de Brasília-DF, as Conselheiras  
3 constantes da lista de presença em livro próprio, para participarem da 202ª Reunião Ordinária,  
4 conforme convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS nº 30/2017, de 21 de agosto  
5 de 2017, a qual estabelece que, posteriormente, será encaminhada proposta de pauta para  
6 apreciação e sugestões. Participaram da reunião as Conselheiras Josiane Soares Santos,  
7 Daniela Neves, Tânia Diniz, Solange Moreira, Nazarela Rêgo, Daniela Möller, Daniela  
8 Castilho, Elaine Pelaez, Jane Nagaoka, Neimy Batista, Magali Regis Franz, Régia Prado,  
9 Joseane Couri, Cheila Queiróz, Mauricleia Soares e Mariana Furtado; as assessoras especiais  
10 Adriane Tomazeli, Cristina Abreu e Zenite Boguea e os Assessores Jurídicos Sylvia Terra,  
11 Érika Medeiros e Vitor Alencar. Justificadas as ausências de Francieli Borsato, por razões de  
12 trabalho e de Lylia Rojas, por férias. Após aprovação da pauta, passou-se à leitura das atas  
13 199 e 200, que foram aprovadas. A seguir, foi realizada uma avaliação do processo de  
14 elaboração das memórias do pleno, pelo grupo responsável na última reunião, para ajustes  
15 necessários. Definiu-se o próximo trio responsável pela memória, na reunião de outubro:  
16 Solange, Régia e Daniela Castilho. Na continuidade, foi realizada uma análise política do  
17 cenário do 46º Encontro Nacional. Daniela Neves inicia, informando que ABEPSS colocou-se  
18 disponível em estar junto com o CFESS, tanto na plenária sobre o estágio (concordando em  
19 não retroceder tendo em vista o percentual de estagiários), quanto com relação à proposta para  
20 o CBAS (na defesa do novo formato do evento). A conselheira Josiane Soares reforçou a  
21 estratégia de retomar algumas conversas com os CRESS antes do início do Encontro  
22 considerando a necessidade de reduzir o volume de deliberações em cada eixo a partir da  
23 exequibilidade da agenda e capacidade de execução dos diferentes portes dos CRESS. Para  
24 contribuir na redação da Carta do Encontro, deliberou-se os nomes de Régia Prado e Neimy  
25 Batista, pelo CFESS. No ponto de pauta seguinte foram socializadas requisições recentes do  
26 TCU e os procedimentos e providências adotadas, principalmente tendo em vista o  
27 cumprimento da LAI. Aprovada a participação no XIII Congresso Estatal e Iberoamericano de  
28 Trabajo Social em Mérida das conselheiras Tânia e Cheila. Na discussão, a conselheira Cheila  
29 informou que, tendo em vista que estará na Espanha em férias de trabalho, poderá participar

30 da atividade, representando o CFESS. Nesse sentido, a entidade não arcará com os custos de  
31 passagens do Brasil ao referido país ficando, portanto, definido que assumiremos apenas o  
32 custo de deslocamento interno, além das diárias conforme portaria estabelecida, levando em  
33 consideração o princípio da economicidade da entidade. Na continuidade, foram apresentados  
34 os informes das Comissões. Pela COFI, Solange Moreira socializou orientações para a  
35 plenária para aprovação dos instrumentais da fiscalização a ser realizada durante o 46º  
36 Encontro Nacional. Pela Comunicação, Daniela Neves informou novo prazo para finalização  
37 dos textos da Agenda, que será 08 de setembro. Com relação os Recursos Éticos, foi aprovada  
38 uma troca de dias, entre as conselheiras responsáveis pelos recursos éticos nº. 12/15 (Joseane  
39 Couri) que será apresentado na quarta-feira, dia 18 de outubro, às 14 horas no lugar no  
40 Recurso de nº. 9/16 (Solange Moreira) que será julgado na segunda-feira, 23 de outubro, às 10  
41 horas. Pela ADM-FIN, Cheila reforçou a importância de se marcar as passagens para o pleno  
42 e outros eventos com antecedência, tão logo seja autorizada, com vistas a se buscar preços  
43 mais baratos. Discutiu-se, posteriormente, as principais questões notadas na análise das  
44 propostas para o 46º Encontro Nacional nos eixos Comunicação, ADM-FIN, Formação  
45 Profissional e Relações Internacionais. No dia 06 de setembro, o pleno foi retomado com os  
46 assuntos contábeis. A assessoria contábil apresentou a MANIFESTAÇÃO CONTÁBIL Nº  
47 05/2017, que trata da implantação do pagamento de anuidades de pessoas físicas e pessoas  
48 jurídicas através do cartão de crédito/débito. Após debates com as conselheiras e orientação  
49 do assessor jurídico, a manifestação será refeita para contemplar as considerações apontadas e  
50 reapresentada oportunamente para aprovação do pleno. Na continuidade, discutiu-se sobre a  
51 solicitação de empréstimo feita pelo CRESS 4ª. Região/Pernambuco. Foram pedidos  
52 documentos ao CRESS para uma análise contábil e jurídica, com vistas a subsidiar a decisão  
53 pelo Conselho Pleno. Os documentos enviados só chegaram essa semana e foram  
54 encaminhados a análise jurídica e contábil, portanto, não há como esta solicitação ser  
55 apreciada durante a presente reunião. A seguir, tratou-se dos assuntos jurídicos. A assessora  
56 jurídica Érika apresentou o PARECER JURÍDICO NO. 09/2017 – E. acerca da publicidade  
57 das informações colhidas por meio dos instrumentais da Política Nacional de Fiscalização no  
58 exercício profissional do/a assistente social. Acatado o Parecer com o encaminhamento  
59 imediato aos CRESS. PARECER JURÍDICO NO. 12/2017 – E. e Minuta de Resolução para  
60 alteração de dispositivos na Resolução CFESS nº 512/2007. Foram sugeridas algumas  
61 correções e foi acatado o Parecer no. 12/2017 – E, condicionado à aprovação dos  
62 instrumentais de fiscalização pelo 46º Encontro Nacional CFESS/CRESS. A assessora

63 jurídica Sylvania Terra apresentou PARECER JURÍDICO NO. 38/2017, referente à 2a. Minuta  
64 de Resolução estabelecendo normas para intervenção do/a assistente social no processo  
65 transexualizador e em relação à diversidade de expressões e identidade sexual. Após  
66 discussões, a minuta do Parecer foi encaminhada à Comissão de Ética e Direitos Humanos  
67 para rediscussão e aperfeiçoamento nos conteúdos referente ao trabalho profissional no  
68 processo transexualizador. Deliberou-se por realizar essa discussão em reunião extraordinária  
69 da Comissão de Ética e Direitos Humanos com participação da conselheira Daniela Neves  
70 para, posteriormente submeter novamente a minuta de Resolução à aprovação pelo Conselho  
71 Pleno. O PARECER JURÍDICO Nº.43 /2017, que trata de tutela e curatela, ainda não está  
72 concluído e, quando o for, será encaminhado à COFI pela assessora jurídica e, posteriormente  
73 apresentado ao Conselho Pleno para aprovação. Discutiu-se a seguir as principais questões  
74 notadas na análise das propostas que vieram dos Descentralizados, das comissões COFI,  
75 CEDH e Seguridade. A Conselheira Presidente Josiane Soares fez as considerações finais e,  
76 não havendo mais o que tratar, deu por encerrada a reunião do Conselho Pleno.

Brasília, 06 de setembro de 2017.

Josiane Soares  
Presidente

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz  
1ª Secretária